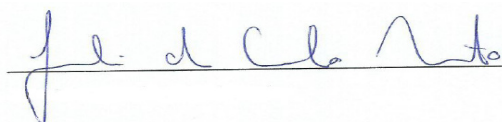


## Relatório Final de Bolsa

Relatório apresentado à Fundação de  
Ciência, Aplicações e Tecnologias –  
FUNCATE - relativo à concessão de  
bolsa de pesquisa na categoria  
Desenvolvimento Tecnológico e  
Industrial III - C  
Período: 01/05/2013 a 01/07/2013  
Bolsista: Júlia de Carvalho Nascimento



Assinatura do Bolsista



---

Dr. Antônio Miguel Vieira Monteiro  
Coordenador Técnico-Científico do Projeto

**Julho 2013**

## **Sumário**

<b>1.1 - Introdução.....</b>	<b>3</b>
<b>1.2 - O urbano na Amazônia Contemporânea e a Economia Popular e Solidária... .....</b>	<b>3</b>
<b>1.3 - A história econômica amazônica e a formação dos circuitos da economia urbana.....</b>	<b>4</b>
<b>2 - Economia Solidária nas cidades Amazônicas: dados do SIES de 2007.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 - Uma análise comparativa da localização dos empreendimentos nos municípios pesquisados e nos demais grandes centros urbanos brasileiros.....</b>	<b>11</b>
<b>2.2 - Caracterização dos Empreendimentos Solidários segundo os Dados do SIES 2007.....</b>	<b>16</b>
<b>3- Conclusões.....</b>	<b>21</b>
<b>4 – Referências Bibliográficas .....</b>	<b>23</b>

## **1.1 Introdução:**

O presente trabalho tem como objetivo complementar os estudos referentes à economia popular e solidária na Amazônia, em especial aos empreendimentos localizados no sudeste do Estado do Pará. O estudo partirá da compreensão do processo de urbanização extensiva na Amazônia contemporânea e de seus desencadeamentos políticos e sociais. Tais iniciativas, assim, serão entendidas como parte do circuito inferior da economia urbana, ao mesmo tempo que também consideradas iniciativas que persistem no modelo de acumulação vigente, ou ao circuito superior da economia. Os empreendimentos solidários localizados nos municípios de Aveiro, Belterra, Brasil Novo, Itaituba, Juruti, Marabá, Canaã dos Carajás, Paraupabas, Santarém, Trairão e Xinguara, que correspondem a parte da região denominada “Urbis 1” e “Urbis 2” no Projeto URBISAmazônia (INPE, 2011) serão analisados a partir dos dados do SIES (Sistema de Informações em Economia Solidária, da Secretaria Nacional de Economia Solidária - Senaes/MTE) referentes a 2007 e da localização dos mesmos nos municípios pesquisados através do mapeamento do “Farejador de Economia Solidária”, ferramenta disponibilizada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

## **1.2 O urbano na Amazônia Contemporânea e a Economia Popular e Solidária**

A Amazônia contemporânea é um espaço urbano, partindo do entendimento de que o campo se urbanizou rapidamente na medida em que as condições de produção urbano-industriais, antes restritas às cidades, se estenderam para além dos limites legais do espaço urbano e ganharam a dimensão regional e mesmo nacional. O tecido urbano, que carregou consigo o germe da polis e da civitas, se expande por todo o território dando origem ao processo *urbanização extensiva* definido por Monte-Mor (2006).

Nessa *urbanização extensiva*, as condições de produção industrial são levadas, através da expansão do tecido urbano, virtualmente a todo o espaço social, fortalecendo a integração entre o urbano e o rural.

Vencida (virtualmente) a dicotomia urbano-rural, também as condições de produção e reprodução no espaço social como um todo se (re)integram e se redefinem, permitindo novas formas de cooperação (e de competição). Assim, as alternativas de articulação entre os dois circuitos descritos por Santos (1979) se multiplicam, bem como entre economias locais (microrregionais) e a economia mundial, atingindo os mercados globalizados e deixando em aberto um conjunto de possibilidades a serem exploradas. (MONTE-MOR, 2008, p.14)

A extensão virtual da urbanização por todo território carregou também a extensão da *polis*, ou da política que antes era exercida apenas dentro da cidade, a espaços novos. Nesse contexto, integram-se à dinâmica urbana pós-industrial grupos que antes estavam excluídos das

sociedades modernas, permitindo uma organização político-associativa que assume diversas formas e manifestações. Segundo o autor, esse processo de (re)politização do espaço hoje abre novas possibilidades a grupos sociais antes excluídos do processo político.

Abrem-se assim novas possibilidades de articulação e integração entre múltiplas escalas situadas entre o local e o global, possibilitando redes de cooperação entre as demandas por uma reprodução popular ampliada e por aumento da produção e acumulação capitalistas, com planejamento e gestão mediadas pelo Estado. (MONTE-MOR, 2008, p.16)

Na Amazônia brasileira, a urbanização extensiva é compreendida como uma possibilidade de constituição de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, que saiba conciliar os saberes tradicionais ao desenvolvimento tecnológico, o respeito ao meio ambiente às atividades econômicas na floresta, e que seja principalmente construído pela cidadania e política local. A economia popular e solidária será compreendida assim como atividades que podem ser embriões de cidadania e política na Amazônia contemporânea, na medida em que se caracterizam em práticas resistentes ao modelo capitalista de produção que tenta se fazer hegemônico em todo o espaço social.

### **1.3 A história econômica amazônica e a formação dos circuitos da economia urbana:**

A história econômica da Amazônia revela as contradições da forma como o modo de produção capitalista se instalou na região. Mesmo desde o arrefecimento do ciclo das drogas do sertão a partir de 1775, a Amazônia já contava com uma enorme ausência de moeda. O sistema econômico era baseado principalmente na troca, o que também perdurou mesmo com o ciclo da borracha com o sistema de aviamento.

O aviador fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo, instrumentos de trabalho e algum dinheiro. Em pagamento recebia a produção extrativa. Esse aviador cobrava juros visando uma margem de ganho sobre o produtor, e pagava juros a outro aviador, que lhe fornecia os bens, que era aviado pelas firmas exportadoras. (VICENTINI, 2001, p.36)

O avanço da exploração da borracha possibilitou a penetração da região pelos meios fluviais a partir da Bacia Amazônica, e assim um maior conhecimento da extensão das áreas para exploração. Nesse contexto, Belém e Manaus assumiam o papel de capitais, com padrões de urbanização e estilo de vida de uma sociedade moderna. A idéia construída das cidades capitais modernas consolidava-se na Amazônia brasileira. Ainda assim, devido ao sistema de aviamento, havia grande resistência à monetização proveniente das lideranças mercantis, que pretendiam preservar sua posição no circuito da troca da economia da borracha.

Somente na década de 20, com o cartel da borracha no sudeste asiático e aumento da concorrência externa do produto, a economia amazônica começou a dar sinais de fragilidade, bem como o sistema de trocas por ela baseada. Encerra-se o período da borracha e consolidam-se formas assalariadas de trabalho e a apropriação da terra como mercadoria, dada a predominância da forma de concessão para o extrativismo.

A força de resistência da população às suas tradições e modos de vida estendeu às cidades da Amazônia um caráter peculiar, um misto de modernidade assimilada a uma permanência, que percorre o mundo do trabalho e o mundo mítico, onde o imaginário sobre a natureza está fortemente presente.

Com o fim do ciclo da borracha, cidades passam a receber o êxodo de trabalhadores da floresta dos seringais e das cidades e pequenas vilas. Em 1960, Belém e Manaus concentravam 50% da população dos estados do Pará e Amazonas. Na década de 60 interesses interacionais aumentam para a extração de matéria prima mineral, introduzindo novos padrões de construção das cidades, como as Company Towns.

O período de 1940 a 1991 expressa formas diferenciadas de apropriação territorial, colocando a Bacia Amazônica como uma das fronteiras de expansão para o país, entendida, até a década de 80, como fronteira rural. Esse entendimento foi superado em face de expansão dos modos de vida urbanos, que foram assimilados e se tornaram hegemônicos.

A construção de Brasília em 1960 foi o marco inicial da geopolítica de interiorização da ocupação brasileira, onde espaços antes pouco adensados, como a Amazônia, atraíram investimentos privados e públicos, respaldados pelos governos militares. Para além dos motivos geopolíticos, a expansão dos investimentos em direção a Amazônia objetivava aliviar tensões políticas e sociais pela reforma agrária em regiões do sudeste do país e integrar a região ao modelo de desenvolvimento capitalista industrial em curso:

Extensive (and intensive) occupation of *terra firme* areas in southern Amazonia in the past decades thus consolidated State policies and imposed upon the region's states and federal territories<sup>5</sup> political, socio-spatial and economic actions that aimed to interiorize and integrate the Amazonian frontier to the country's capitalist industrial development. (MONTE-MOR, 2004a, p. 5)

Ainda que as capitais estaduais (Manaus e Belém) e as cidades médias comerciais tenham tido um enorme crescimento populacional nas últimas décadas, a urbanidade nas cidades amazônicas é ainda assim questionada em face à precariedade da infraestrutura urbana.

O modelo de ocupação orientado por um sistema viário incompatível com a realidade de redes fluviais na região amazônica resultou na extração desenfreada dos recursos vegetais seguida da exploração extensiva do solo amazônico pela agricultura e pecuária. Tanto provocado pelo êxodo rural de populações tradicionais que utilizavam a floresta como meio de sustento, como pela atração de mão-de-obra para executar o projeto faraônico de ocupação da floresta, o crescimento das cidades amazônicas resultou na formação de dois circuitos da economia urbana: o superior e o inferior.

Santos (1979) relaciona a formação dos dois circuitos da economia urbana com a modernização tecnológica, ou “modernizações”, termo que facilita o entendimento sobre o impacto que causa na organização ou reorganização do espaço e da economia de regiões subdesenvolvidas nas mais diversas temporalidades. Falar de “modernizações” é para o autor o único modo de levar em conta as implicações temporais da organização do espaço. Caracteriza assim três tipos de modernização que se realizaram em três momentos histórico distintos: a primeira, a modernização comercial, consiste no período de colonização, onde a divisão internacional do trabalho começa a se esboçar e as cidades eram essencialmente administrativas e comerciais; a segunda modernização, chamada de modernização industrial, é a época que esclarece melhor o quanto as mudanças do desenvolvimento moderno dos países subdesenvolvidos estão ligadas às necessidades dos países industriais; a terceira, a modernização tecnológica, é marcada pela revolução do consumo e pela internacionalização da divisão do trabalho no plano da produção industrial.

Ainda que nem todas as regiões subdesenvolvidas tivessem sido atingidas pelos efeitos dessa modernização, o autor considera que será o terceiro tipo de modernização ou a tecnológica que resultará na criação dos dois circuitos da economia urbana: o superior e o inferior. O primeiro será resultado direto da modernização tecnológica, e será composto pelas pessoas que se beneficiam do progresso tecnológico. Já o segundo circuito, mesmo tendo surgido do mesmo processo de modernização, será um resultado indireto deste último, composto por indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam do progresso.

Santos (1979) enfatiza que três atividades caracterizam o Circuito Superior. Ele denomina de *atividades puras* o comércio e os serviços modernos da indústria, que recebem essa denominação por serem atividades específicas das cidades e ao mesmo tempo do Circuito Superior. As *atividades impuras* são a indústria de exportação e o comércio de exportação, sendo consideradas impuras por estarem instaladas na cidade, mas o seu interesse maior está em ser negociado fora da cidade; e nas *atividades mistas*, como o próprio nome já indica, há a duplicidade, ou seja, são atividades que têm dupla ligação com os dois circuitos, como os atacadistas e os transportadores. O Circuito Superior é ainda caracterizado por diversos aspectos

que regem seu funcionamento, como a grande quantidade de mercadorias nele envolvidas, o inchaço no setor de serviços, a definição de preço condicionada à margem de lucro das empresas, a necessidade da publicidade para a demanda por produtos, a seletividade do consumo, e, finalmente, o apoio governamental através de financiamentos, infra-estrutura urbana, legislação fiscal discriminatória, subsídios à produção, dentre outras formas de apoio.

Se por um lado o autor afirma que o Circuito Inferior da economia urbana é também proveniente, mesmo que de forma indireta, da modernização tecnológica, ele reconhece que tal circuito ainda está em processo de transformação permanente:

Quanto ao Circuito Inferior, parece difícil chamá-lo tradicional, não somente porque é um produto da modernização, mas também porque está em processo de transformação e adaptação permanente e ainda porque, em todas as cidades, uma parte de seu abastecimento vem, direta ou indiretamente, dos setores ditos modernos da economia. (SANTOS, 1979, p. 31)

O Circuito Inferior, além de englobar a pequena produção, engloba também o comércio e vários serviços de toda espécie. Nesse circuito, as empresas familiares e os autônomos são numerosos, o capital é muito pequeno, a tecnologia obsoleta ou tradicional, e a organização deficiente (SANTOS, 1979, p.197). Além dessas características, o autor apresenta aspectos particulares do Circuito Inferior, que ao mesmo tempo são comparativos com o Circuito Superior: pequena quantidade de mercadorias; o preço não é determinado em função do lucro; o lucro não tem função de acumulação, e sim a de assegurar a manutenção da família; a única publicidade é o contato direto com os consumidores; o trabalho intensivo torna os custos fixos irrisórios nesse circuito; as atividades nele exercidas raramente dispõem de ajuda governamental e, em grande maioria, são perseguidas por não contribuírem tributariamente; o consumo não é seletivo e sim resultado da demanda.

A existência desses dois circuitos da economia aparece como um novo modelo da geografia urbana em regiões subdesenvolvidas como na Amazônia brasileira, pois, segundo Santos (1979), além de serem responsáveis pelo processo econômico, também são responsáveis pela organização do espaço. A compreensão dos circuitos da economia segundo o autor contribui para a visualização de dois ou milhares de modelos completamente distintos, no sentido de que se o circuito superior compreende atividades ligadas à lógica da economia capitalista, no circuito inferior uma generalização sobre sua lógica de produção é ainda indefinida ou inexistente.

#### **1.4 Economia Popular e Solidária e os princípios econômicos**

Na década de 90 em todo o Brasil cristalizava-se nos espaços urbanos uma situação onde uma reduzida elite dispõe dos benefícios prometidos por uma sociedade global, mas parcelas crescentes da população, antes denominadas de marginalizadas e que não tinham como ser globalizadas, eram implacavelmente excluídas do processo de desenvolvimento capitalista. Esse processo se traduziu na Amazônia brasileira com a convivência de formas econômicas e sociais bastantes distintas, ao mesmo tempo complementares e conflitantes. Se por um lado ainda sobrevivem formas sociais tradicionais como indígenas, seringueiros, ribeirinhos, dentre outros, também se observa, como tratado a seguir, um aumento de empreendimentos populares e solidários, principalmente nas cidades amazônicas, caracterizando modos de produção resistentes e complementares ao circuito superior da economia urbana. São organizações econômicas que se caracterizam como:

(...) formas de reprodução da vida não capitalistas assentadas no trabalho que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital (Kraychete, 2000, p. 15).

Ou seja, a economia urbana amazônica abriga atualmente uma grande diversidade de tempos, formas sociais e econômicas, tanto ligadas ao circuito superior da economia ou ao capital privado e internacional, como ao circuito inferior, ou a formas econômicas e sociais tradicionais na floresta e nas cidades, resistentes à lógica acumulativa e predatória. Nesse sentido, cria-se uma necessidade não só ambiental e política, dado os elevados índices de desmatamento e desrespeito às populações tradicionais que habitam a floresta, mas também uma necessidade de se pensar em um novo modelo de desenvolvimento para a região, e porque não, para todo o país, e que também possa servir como uma referência mundial. Esse novo modelo deve partir da compreensão da existência de diferentes lógicas econômicas que compõem o espaço amazônico, assim como em todo o espaço brasileiro e do mundo “subdesenvolvido”, e romper como pensamento desenvolvimentista baseado na tentativa de homogeneização do espaço social pela lógica econômica capitalista. O entendimento de que a economia do homem está submersa em suas relações sociais, e não as relações sociais submersas na lógica econômica capitalista é um primeiro passo para se pensar nesse novo modelo.

Segundo Polanyi (2000), são quatro os princípios de integração econômica, que ainda hoje podem ser percebidos em nossa sociedade: a domesticidade ou administração doméstica, a redistribuição, a reciprocidade e o mercado.

O princípio da domesticidade consiste em produzir para seu próprio usufruto e prover as necessidades do seu grupo, ou seja, produzir e armazenar para a satisfação dos membros desta



unidade. O modelo da domesticidade implica um grupo fechado, e as determinações do núcleo institucional e da organização interna variam consideravelmente.

A reciprocidade corresponde à relação estabelecida entre várias pessoas, e tem a dádiva como fato social elementar – a existência da dádiva estando ligada a uma contra-dádiva, como descrito por Marcel Mauss em seu livro “Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas” de 1974. O aspecto essencial da reciprocidade é que as transferências são indissociáveis das relações humanas. Embora sua grande variedade de motivações possíveis, as dádivas têm como ponto comum o fato de não constituírem trocas despersonalizadas, como a troca efetuada mediante o retorno monetário, pois não podem ser isoladas da realização das prestações sociais. O fundamento da dádiva é que os objetos não são separados e representam essencialmente uma relação social: através da dádiva “mistura-se sua alma àquela do outro”, como diz um poema Maori citado por Mauss (1978).

Já a redistribuição é o princípio segundo o qual a produção é detida por uma autoridade que tem a responsabilidade de distribuí-la, o que supõe um momento de armazenamento entre aqueles da recepção e da repartição. Ele supõe uma autoridade e uma divisão do trabalho entre os representantes desta autoridade e os membros do grupo humano. Como as relações do grupo dirigente com os dirigidos distinguem-se segundo os fundamentos do poder político, a redistribuição implica modelos, indo da visão livremente consentida até o medo da punição. (POLANYI, 2000).

Por último, o mercado, mais conhecido por seus conceitos atuais, é o ponto de encontro entre oferta e demanda de bens e serviços para fins de troca. Possui a particularidade de funcionar segundo o registro de um modelo institucional da troca, que se repousa no equilíbrio da oferta e da demanda.

A compreensão dos quatro princípios econômicos é fundamental para se pensar nas diferentes formas de convívio e relações sociais presentes no espaço urbano brasileiro. Princípios como a reciprocidade e a domesticidade são facilmente associados a formas mais tradicionais presentes na Amazônia, como nas populações indígenas, ribeirinhas, seringueiros, dentre outras, mas também estão presentes nas cidades amazônicas na forma de economia popular e solidária.

A Economia Solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição da riqueza de base associativa e cooperativista. Baseada na idéia de solidariedade em contraste com o individualismo (SINGER, 2003), tem como finalidade a reprodução ampliada da vida. Seus princípios assim estão diretamente associados à ideia de reciprocidade, ou da troca que não necessariamente motivada pelo retorno monetário.

A Economia Popular, ainda que comporte formas mais abrangentes de produção, consumo e distribuição, está assentada na Unidade Doméstica. Segundo Coraggio (2000), a economia popular consiste em empreendimentos individuais ou coletivos, que podem ou não estar separados do domicílio (freqüentemente moradia e empreendimento se confundem estando localizados no mesmo lugar) e que não se constituem numa empresa capitalista pequena ou ineficiente, então, conforme afirma Coraggio: “...seu objetivo não é aquele de acumular *per se*, mas de manter e melhorar a qualidade de vida dos membros dessa unidade ao longo de sua trajetória vital.” (CORAGGIO, 2000, p.96). Associa-se assim ao princípio da domesticidade, ou na produção para próprio usufruto e promoção das necessidades do grupo.

Princípios como a redistribuição e o mercado são associados ao circuito superior da economia, tanto à presença assistencial e regulatória do governo, a atuação de grandes empresas ligadas ao grande capital internacional, e à pequena, média e grandes empresas locais concentradas nos centros urbanos amazônicos.

## **2. Economia Solidária nas cidades Amazônicas: dados do SIES de 2007**

As experiências de economias solidárias já encontram uma maior sistematização de informações, assim como formas de organização e mobilização diretamente apoiadas pelo setor público, em especial, que nos permitem avaliar minimamente seu desempenho. O Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) teve início em 2003 na tarefa de realizar um mapeamento da Economia Solidária no Brasil. Compõem o cadastro organizações coletivas, organizadas sob a forma de autogestão que realizam atividades de produção de bens e serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário. Também compõem o mapeamento associações, cooperativas e grupos informais de pequenos produtores ou prestadores de serviços, individuais e familiares, que realizam em comum a compra de seus insumos, a comercialização de seus produtos ou o processamento dos mesmos.

Foram pesquisados os empreendimentos solidários localizados nos municípios de Aveiro, Belterra, Brasil Novo, Itaituba, Juruti, Marabá, Canaã dos Carajás, Parauebas, Santarém, Trairão e Xinguara, que correspondem a parte da região denominada “Urbis 1” e “Urbis 2” no Projeto URBISAmazônia (INPE, 2011) a partir dos dados do SIES referentes a 2007. Tal mapeamento teve como objetivo complementar os estudos sobre Economia Popular e Solidária na região amazônica, e contribuir para a compreensão de sua caracterização, motivações, potencialidades e dificuldades.

Na primeira parte dessa sessão, os empreendimentos solidários e populares serão analisados quanto sua localização, onde as duas maiores cidades dentre as pesquisadas e

também onde há maior quantidade de empreendimentos, Santarém e Marabá, serão comparadas com as duas principais cidades da região Amazônica, Manaus e Belém, e posteriormente com São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Os mapas da localização dos empreendimentos foram obtidos pelo “Farejador de Economia Solidária” do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, ferramenta que disponibiliza dados do Mapeamento da Economia Solidária realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) disponível em [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br).

Na segunda parte, o trabalho se dedicará a análise dos dados obtidos pelo SIES 2007 e assim a uma caracterização dos empreendimentos quanto motivações, potencialidades e dificuldades dos mesmos.

Na terceira e última parte se encontram as conclusões do mapeamento.

### **2.1 Uma análise comparativa da localização dos empreendimentos nos municípios pesquisados e nos demais grandes centros urbanos brasileiros.**

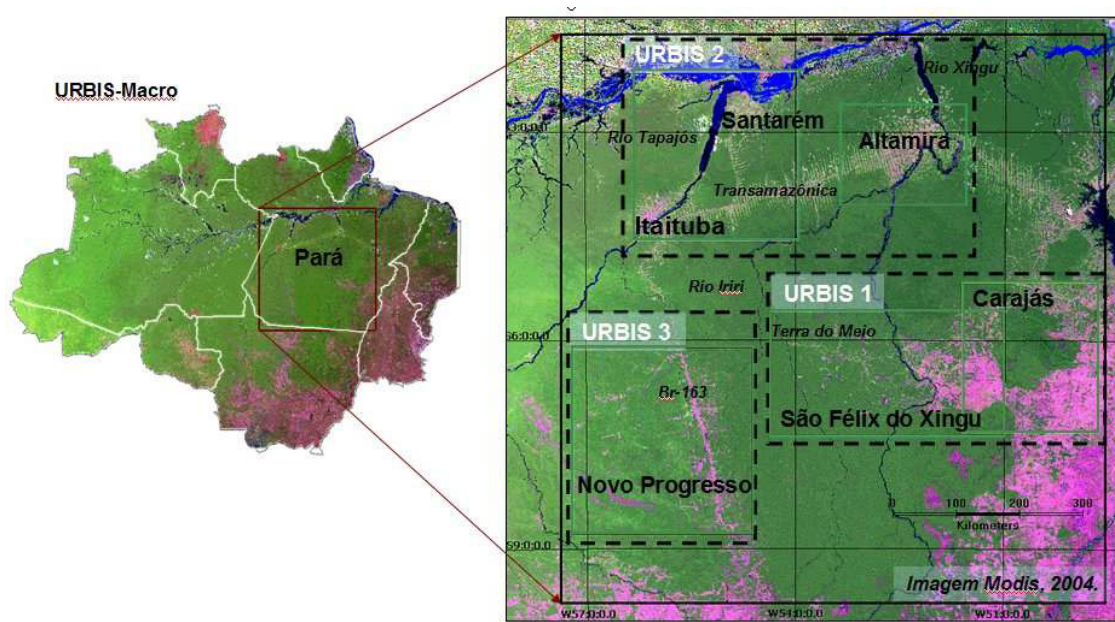
A área pesquisada compreende aos municípios localizados nos municípios da região denominada “Urbis 1” e “Urbis 2” no Projeto URBISAmazônia (INPE, 2011). A Figura 2 apresenta uma síntese das escalas espaciais. Vemos a *escala regional*, denominada *URBIS-Macro*, com um recorte sobre o estado do Pará, onde se encontra a *escala municipal*, denominada *URBIS-Meso*, na qual temos os Municípios de Altamira, Medicilândia, Santarém, São Felix do Xingu, Itaituba, Novo Progresso e Marabá. No detalhe vemos as três áreas de estudo definidas para a *escala transmunicipal*, denominada *URBIS-Micro*:

**URBIS-1** – [Terra do Meio + Carajás]. Dinâmicas: Frente de expansão da fronteira agropecuária; pólo de Mineração Corporativa: Carajás/Parauebas; conflito de Terras. Contempla a região definida pelos municípios de Altamira, São Felix do Xingu, Tucumã, Ourilândia do Norte, Parauebas, Canaã dos Carajás, Marabá, Água Azul do Norte;

**URBIS-2** – [Tapajós + Santarém + Transamazônica]. Dinâmicas: Projetos de colonização; produção de grãos e ocupação ribeirinha. Contempla a região definida pelos municípios de Altamira, Medicilândia, Uruará, Brasil Novo, Placas, Rurópolis, Itaituba, Aveiro, Santarém, Belterra, Juruti, Vitória do Xingu, Senador José Porfirio;

**URBIS-3** – [Área de Influência da BR-163]. Dinâmicas: Fronteira agropecuária; mineração não corporativa-transgarimpeira; Política Florestal-DFS BR-163, Conflito de Terras. Contempla a região definida pelos municípios de Altamira, Itaituba, Trairão, Novo Progresso, Jacareacanga

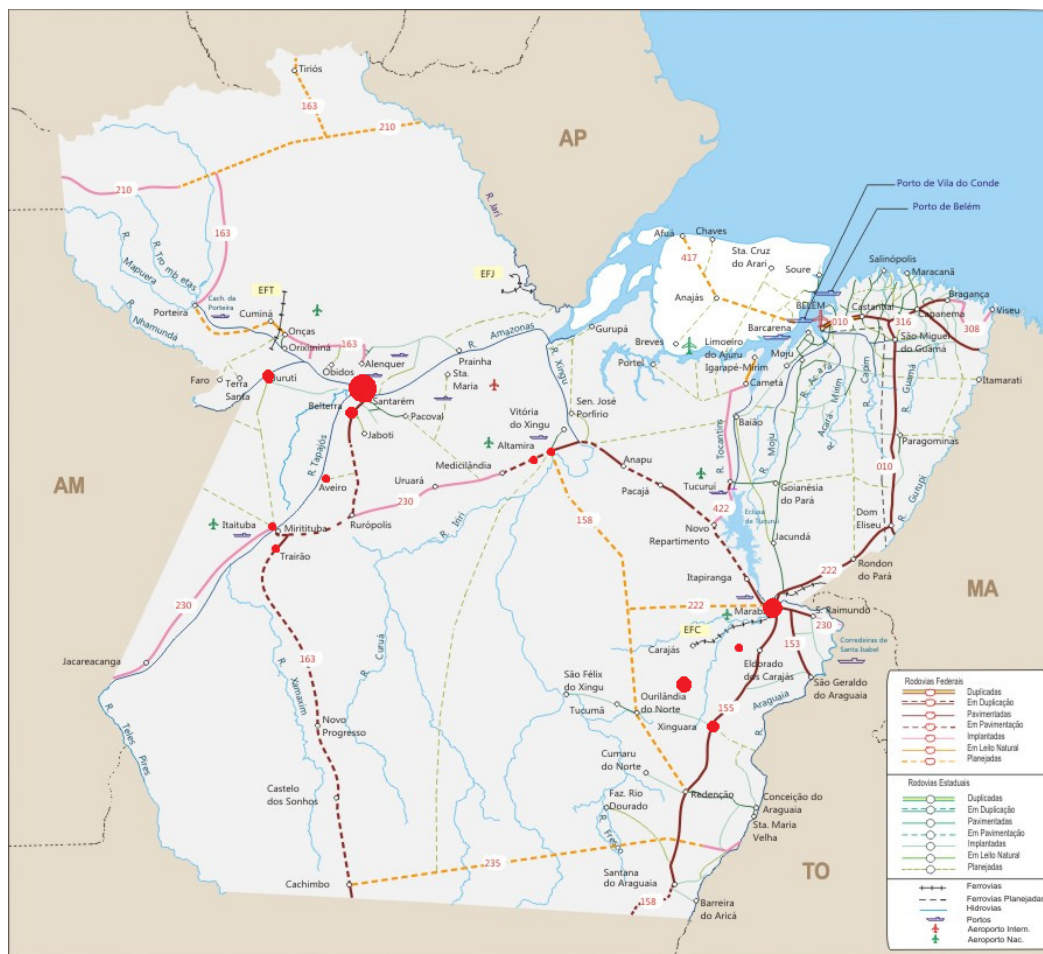
#### **Figura 2: Área de Estudo do Projeto URBISAmazônia:**



Fonte: INPE, 2011

Apenas os municípios onde, pelos dados do SIES de 2007, encontramos um ou mais empreendimentos solidários constam na relação de municípios mapeada. São eles: Aveiro, Belterra, Brasil Novo, Itaituba, Juruti, Marabá, Canaã dos Carajás, Paraupébas, Santarém, Trairão e Xinguara, que se encontram destacados em vermelho na figura a seguir:

**Figura 1 : Mapeamento dos Empreendimentos Solidários nos municípios – SIES 2007**



Fonte: Elaboração Própria

Os municípios de Marabá (22,6%) e Santarém (48,1%) representam a grande maioria dos empreendimentos pesquisados, como observado na tabela da relação da quantidade de empreendimentos por municípios a seguir.

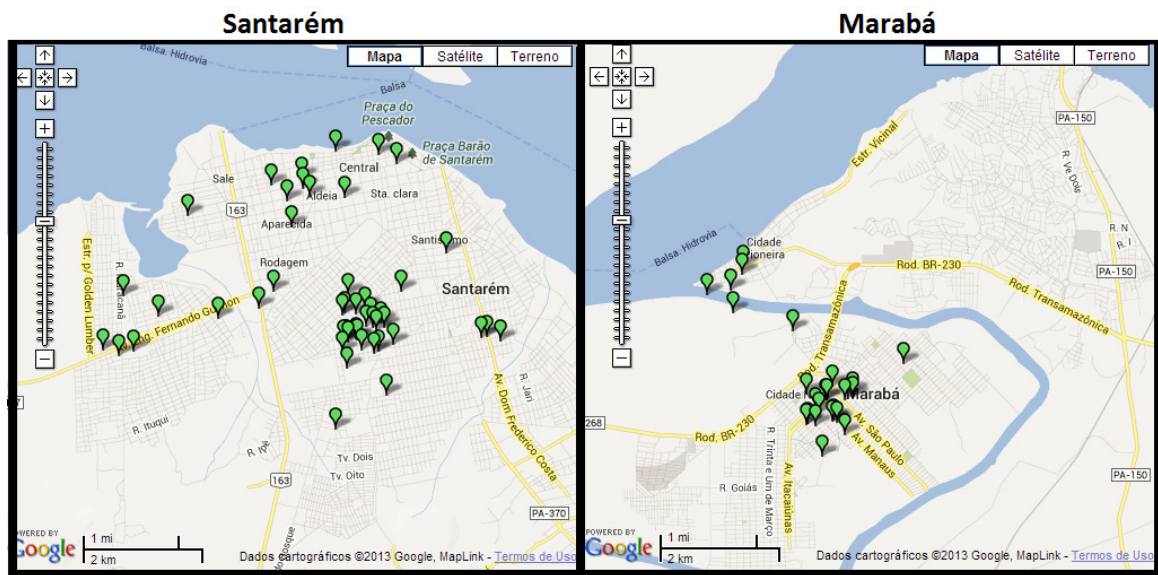
**Tabela 1: Relação da quantidade de empreendimentos nos municípios pesquisados**

NOME DO MUNICÍPIO	QUANTIDADE
Altamira	1
Aveiro	2
Belterra	5
Brasil Novo	1
Itaituba	1
Juruti	4
Marabá	24
Canaã dos Carajás	8
Parauapebas	4

Santarém	51
Trairão	1
Xinguara	4
<b>Total</b>	<b>106</b>

Fonte: SIES/TEM 2007

Para Marabá e Santarém, a concentração de empreendimentos por cidade pesquisada pode ser analisada na figura a seguir:



Fonte: Farejador de Economia Solidária, disponível em [www.fb.es.org.br/farejador/](http://www.fb.es.org.br/farejador/)

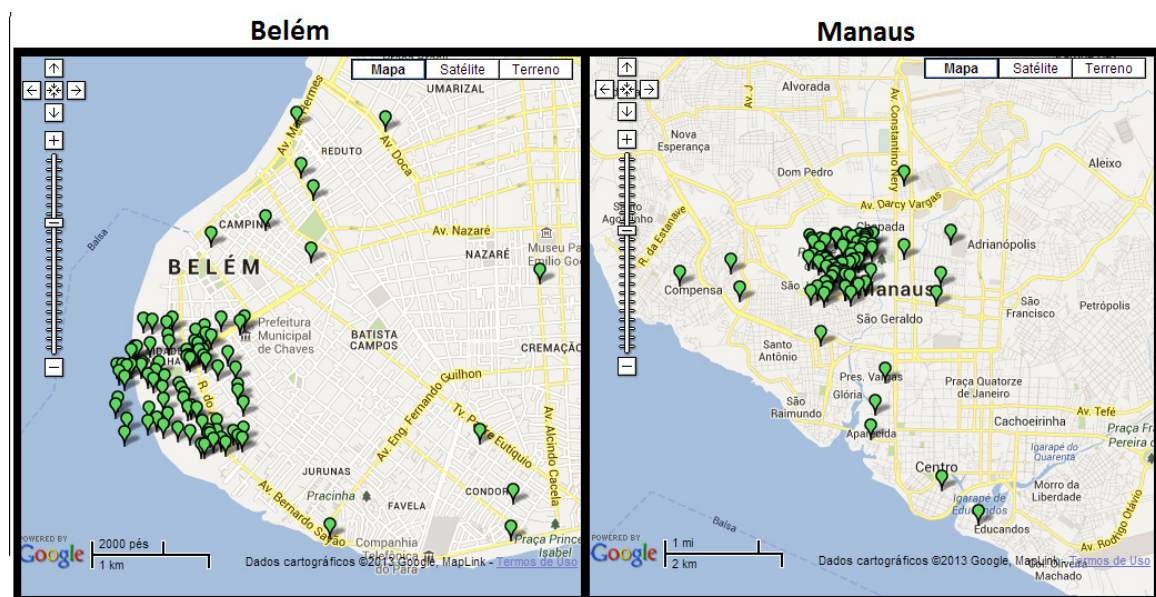
Observa-se que a grande maioria dos empreendimentos em ambas cidades se encontra nas centralidades, tendo como referência de centralidade as proximidades das prefeituras municipais. A centralidade aqui é compreendida para além dos centros das cidades, onde se concentra e se reproduz o capital, seu conceito é mais abrangente:

“O urbano é cumulativo de todos os conteúdos, seres da natureza, resultados da indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, aí compreendidas maneiras de viver, situações, modulações ou rupturas do cotidiano. Todavia, ele é mais e outra coisa que a acumulação. Enquanto diversos, os conteúdos (coisas, objetos, pessoas, situações) excluem-se, e se incluem e se supõem enquanto reunidos. Pode-se dizer que o urbano é forma e receptáculo, vazio e plenitude, superobjeto e nãoobjeto, supraconsciência e totalidade das consciências. (LEFEBVRE, 1999b, p.112)



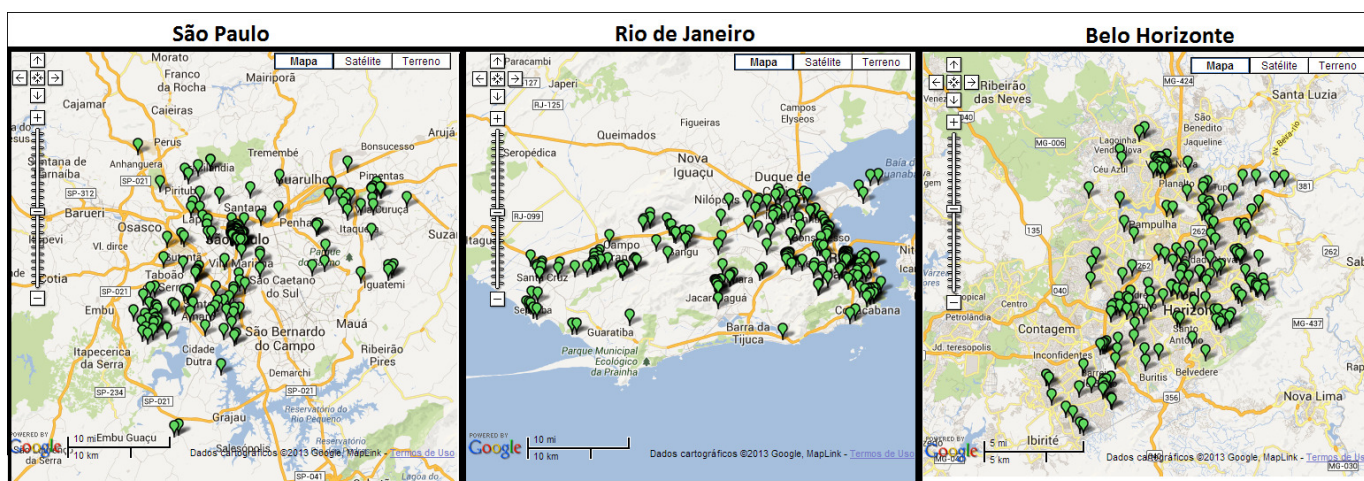
A centralidade é compreendida por Lefebvre como característica do urbano se revela enquanto potencialidade de aglomeração e sociabilidade entre os indivíduos que partilham da mesma realidade. É o espaço de realização da vida pública, do encontro e do convívio social.

Essa concentração de atividades solidárias nas centralidades urbanas pode ser explicada em parte pela concentração de atividades econômicas em uma única centralidade urbana, o que se reflete também com as atividades solidárias. No entanto, ao analisar a concentração de empreendimentos solidários nas principais cidades da região Amazônica, Belém e Manaus, onde as atividades econômicas se encontram mais bem distribuídas por essas cidades, observa-se a mesma tendência de concentração, como pode ser observado na figura a seguir:



Fonte: Farejador de Economia Solidária, disponível em [www.fbes.org.br/farejador](http://www.fbes.org.br/farejador)

Ao analisar o mapeamento de empreendimentos solidários em demais cidades brasileiras, como em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, nota-se grande pulverização na concentração dos mesmos, ou uma ausência de padrão de localização. No caso de Belo Horizonte, nota-se ainda que os empreendimentos solidários elegem os espaços periféricos como lugar privilegiado para a sua reprodução, o que revela sua característica de ser uma atividade alternativa de geração de renda para população.



Fonte: Farejador de Economia Solidária, disponível em [www.fb.es.org.br/farejador](http://www.fb.es.org.br/farejador)

Cabe assim avaliar essa peculiaridade locacional dos empreendimentos solidários nas cidades amazônicas. Uma característica que revela o caráter desconcentrado dos empreendimentos nos grandes centros urbanos do sudeste brasileiro é o elevado valor da terra em suas centralidades, permitindo que apenas empreendimentos com altas margens de lucro consigam se manter localizados privilegiadamente. Essa característica se traduz na consolidação de centralidades urbanas onde apenas o circuito superior da economia urbana consegue se localizar, tornando as relações de poder nas centralidades desequilibradas, onde a lógica de produção capitalista se torna hegemônica. A pulverização das atividades solidárias resulta ainda em uma baixa articulação entre os empreendimentos, e dificulta a criação de redes de produção e consumo, ou seja, uma articulação horizontal entre os empreendimentos em prol de seu fortalecimento.

Nesse sentido, pode-se afirmar que Marabá, Santarém, Belém e Manaus possuem características extremamente favoráveis para o estímulo à atividades solidárias, já que apresentam uma concentração dessas atividades nas suas centralidades urbanas, o que favorece uma articulação horizontal, entre empreendimentos, e vertical, ou com o circuito superior da economia urbana, ou com atividades econômicas capitalistas que também privilegiam as centralidades urbanas para sua localização. A presença de empreendimentos solidários nas centralidades permite ainda um equilíbrio das relações de poder no território, na medida em que estimulam manifestações culturais e sociabilidades para além da lógica capitalista de produção.

Para uma melhor caracterização dos empreendimentos solidários nos municípios estudados, e avaliar a relevância da afirmação de que tais empreendimentos possuem um potencial de articulação horizontal e vertical, a próxima sessão se dedicará à análise dos dados do SIES, o Sistema de Informação em Economia Solidária.



## 2.2 Caracterização dos Empreendimentos Solidários segundo os Dados do SIES 2007:

Na tabela a seguir os empreendimentos estão relacionados pelo período em que foram criados. Nota-se que a quase maioria dos empreendimentos (45%) foram criados entre 2001 e 2007. 35% dos empreendimentos nos municípios analisados foram criados entre 1991 e 2000. Os dados revelam uma recente mobilização em prol da criação de formas associativas de trabalho, o que pode ter sido motivado por políticas federais recentes de fomento a empreendimentos solidários, como a criação de linhas de créditos específicas, promoção de cursos de capacitação, dentre outras.

**Tabela 2 Quantidade de empreendimentos por ano de início como ES**

	1900 a 1950	1951 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1990	1991 a 2000	2001 a 2007	TOTAL
<b>Altamira</b>	-	-	-	-	1	-	1
Aveiro	-	-	-	-	-	2	2
Belterra	-	-	-	-	1	4	5
Brasil Novo	-	-	-	-	-	1	1
Itaituba	-	-	-	-	-	1	1
Juruti	-	-	2	-	2	-	4
Marabá	-	-	-	-	15	6	21
Canaã dos Carajás	-	-	-	-	-	7	7
Parauapebas	-	-	-	-	3	1	4
Santarém	-	1	-	9	15	22	47
Trairão	-	-	-	-	-	1	1
Xinguara	-	-	-	-	-	3	3
Total	0	1	2	9	37	48	97

Fonte: SIES/MTE

A primeira motivação de criação em 40% dos empreendimentos foi uma alternativa ao desemprego. 18% dos empreendimentos foram criados como uma fonte complementar de renda para os(as) associados(as). Ainda que a motivação de alternativa ao desemprego seja a mais frequente, uma característica comum nos empreendimentos brasileiros, percebe-se uma grande diversidade de motivações nos municípios analisados.

**Tabela 3 - O que motivou a criação dos empreendimentos**

MOTIVOS	TOTAL ORDEM 1	TOTAL ORDEM 2	TOTAL ORDEM 3
1. Uma alternativa ao desemprego	43	6	5



Comércio Atacadista	4
Comércio Varejista	4
Pesca e serviços relacionados	4
Exploração florestal	3
Criação de aves	2
Não informado	2
Silvicultura	2
Educação continuada ou permanente e aprendizagem profissional	1
Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas, não especificadas anteriormente	1
Outros serviços de alimentação	1
Processamento de dados	1
Processamento, preservação e produção de conservas de frutas	1
Produção de filmes cinematográficos e fitas de vídeo	1
Terra	1
<b>Total</b>	<b>106</b>

Fonte: SIES/MTE

A tabela abaixo revela a grande diversidade de produtos produzidos pelos empreendimentos solidários nos municípios analisados. Nota-se que a grande maioria deles está relacionada ao artesanato ou à fabricação de alimentos, que exigem baixa tecnologia ou inversão de capital.

**Tabela 6 - Os 20 produtos ou serviços mais produzidos pelos empreendimentos:**

DESCRIÇÃO	TOTAL
ARTESANATO	22
FARINHA DE MANDIOCA	14
BOLSAS DIVERSAS	9
HORTIGRANJEIROS	8
CROCHÊ	6
ARROZ	5
BONECAS	5
DOCES	5
MEL	5
MILHO	5
CASTANHA DE CAJU	4
CONFEÇÕES	4
MUDAS DE PLANTAS	4
POLPA DE FRUTAS	8
MANDIOCA	4
BICHOS DE PELÚCIA	3
TAPETES	3
SABONETE	3
ROUPAS ÍNTIMAS	3
BISCOITOS E BOLACHAS	2
BORDADOS	2
CEREAIS	2
DOCES DE FRUTAS	2
FEIJÃO	2
FIBRAS VEGETAIS	2
FITOTERÁPICOS	2
MULTIMISTURA	2
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2
TAMBOR	2
TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	2
XAROPE	2
CURSO DE RECICLAGEM	2
PINTURA DE TELAS	2
ASSESSORIA E CONSULTORIA	1
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	1
AZEITE	1

BOLAS	1
CACAU	1
CHOCOLATE	1
COLETA E RECICLAGEM	1
CURSOS DE ARTES PLÁSTICAS	1
DERIVADOS DE MANDIOCA	1
JUTA	1
LEITE	1
MANTAS	1
MÃO-DE-OBRA	1

MÓVEIS	1
PEDRAS PRECIOSAS	1
PEPINO	1
PIJAMAS	1
PLANTAS ORNAMENTAIS	1
QUEIJOS	1
REDE DE TECIDO	1
SERIGRAFIA	1
TERRA	1

Fonte: SIES/MTE

Apesar de menos da metade dos empreendimentos analisados terem declarado sua faixa de faturamento mensal, nota-se que 61% dos empreendimentos que declararam seu faturamento recebem até R\$5.000,00 por mês, renda bastante reduzida se relacionada à quantidade média de participantes dos empreendimentos dos municípios.

**Tabela 7 - Faixa de Faturamento Mensal dos Empreendimentos**

<b>FAIXA DE FATURAMENTO MENSAL</b>	<b>Nº DE EES</b>
de R\$ 1.001,00 a R\$ 5.000,00	13
Até R\$ 1.000,00	13
de R\$ 10.001,00 a R\$ 50.000,00	7
de R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00	5
de R\$ 50.001,00 a R\$ 100.000,00	2
Mais de R\$ 100.000,00	1
de R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00	1
<b>Total</b>	<b>42</b>

Fonte: SIES/MTE

Através da tabela a seguir sobre a origem da matéria-prima ou insumos dos empreendimentos, nota-se uma diversidade de origem, sendo que a maioria dos empreendimentos tem como primeira origem da matéria-prima ou insumo de sua produção seus próprios associados. Isso revela uma articulação horizontal favorável ao desenvolvimento de atividades solidárias nas cidades analisadas. Em relação ao destino da produção dos empreendimentos, 83% dos estabelecimentos vendem seus produtos para o mercado convencional, o que justifica também a necessidade de localização nas proximidades do mercado consumidor, ou nos centros urbanos. Essa necessidade também é explicada pela característica da produção analisada acima, composta principalmente de bens não-duráveis e alimentos muitas vezes perecíveis. Os empreendimentos solidários assim têm nos centros

urbanos o espaço privilegiado de sua reprodução, tanto pela necessidade de articulação horizontal entre empreendimentos, vertical, ou com empresas privadas, e pela necessidade de venda da produção no mercado consumidor nas próprias cidades.

**Tabela 8 - Origem da matéria-prima ou insumo**

<b>DESCRIÇÃO DAS ORIGENS</b>	<b>ORDEM 1</b>	<b>ORDEM 2</b>	<b>ORDEM 3</b>	<b>TOTAL</b>
Associados(as)	31	6	1	38
Aquisição de empresa privada	30	10	3	42
Aquisição de produtores(as) não sócio(as)	15	3	1	19
Coleta (materiais recicláveis ou matéria-prima para artesanato)	11	10	3	23
Doação	9	4	1	14
Não se aplica	7	0	0	7
Outra. Qual?	5	3	3	11
Aquisição de outros empreendimentos de ES	3	1	2	6

Fonte: SIES/MTE

**Tabela 9 - Destino dos produtos e/ou serviços**

<b>DESCRIÇÃO DOS DESTINOS</b>	<b>TOTAL</b>
Parte é vendida ou trocada e parte é destinada ao autoconsumo de sócios (as)	2
Os produtos e serviços são exclusivamente destinados ao autoconsumo de sócios (as)	3
São trocados	3
Não se aplica	9
Parte é vendida ou trocada e parte é destinada ao autoconsumo de sócios (as)	14
São vendidos	89

Fonte: SIES/MTE

Por fim, os tipos de apoio mais frequentes nos empreendimentos solidários estudados são a Assistência técnica e/ou gerencial (28%), a qualificação profissional, técnica e gerencial (18%) e a formação sócio-política (15%). Quase todos os empreendimentos obtiveram pelo menos um tipo de apoio técnico, o que revela o interesse dos mesmos em se qualificarem.

**Tabela 10 - Que tipos de apoio tiveram os empreendimentos**

<b>TIPOS DE APOIO</b>	<b>ORDEM 1</b>	<b>ORDEM 2</b>	<b>ORDEM 3</b>	<b>TOTAL</b>
Assistência jurídica	4	0	4	8
Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços	7	4	4	15
Assessoria na constituição, formalização ou	7	2	0	9

registro				
Diagnóstico e planejamento (viabilidade econômica)	10	0	3	13
Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária)	16	2	1	19
Qualificação profissional, técnica, gerencial	19	10	0	29
Assistência técnica e/ou gerencial	30	2	2	34
Outro. Qual?	4	2	2	8

Fonte: SIES/MTE

### 3. Conclusões:

No presente estudo compreendemos o espaço amazônico no contexto da *urbanização extensiva*, onde as condições de produção industrial foram levadas a todo espaço social, através da expansão do tecido urbano, fortalecendo a integração entre o urbano e o rural. A Amazônia brasileira é entendida assim como uma possibilidade de constituição de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, que procura conciliar os saberes tradicionais ao desenvolvimento tecnológico, o respeito ao meio ambiente às atividades econômicas na floresta, e que seja principalmente construído pela cidadania e política local.

A história econômica da Amazônia nos revelou as contradições da forma como o modo de produção capitalista se instalou na região. No sistema de aviação que perdurou durante todo o ciclo da borracha a troca monetária era praticamente inexistente. Com o fim deste ciclo, formas assalariadas de trabalho e a apropriação da terra como mercadoria começaram a se consolidar no espaço amazônico, configurando um sistema econômico diverso e atípico. Mesmo com o crescimento dos centros urbanos tradicionais, Manaus e Belém, a força de resistência da população às suas tradições e modos de vida configurou neste espaço um misto de transformação e permanência.

Nos anos recentes, o modelo de ocupação orientado pelo um sistema viário rodoviarista foi extremamente incompatível com a realidade de redes fluviais na região, o que resultou na extração desenfreada dos recursos vegetais seguida da exploração extensiva do solo amazônico pela agricultura e pecuária.

A lógica capitalista de apropriação do espaço amazônico, estimulado no período militar, contribuiu para a formação dos dois circuitos da economia urbana, o circuito superior e o inferior. A compreensão dos circuitos da economia segundo o autor para o entendimento da multiplicidade de modelos que convivem no espaço amazônico. A economia urbana amazônica abriga atualmente uma grande diversidade de tempos, formas sociais e econômicas, tanto

ligadas ao circuito superior da economia ou ao capital privado e internacional, como ao circuito inferior, ou a formas econômicas e sociais tradicionais na floresta e nas cidades, resistentes à lógica acumulativa e predatória.

A compreensão dos princípios econômicos segundo Polanyi, principalmente dos princípios da *reciprocidade* e da *redistribuição*, contribuem para a visualização das diferentes formas de apropriação econômica e social que podem também estar constituídas no espaço estudado. Tais formas se baseiam em princípios que não se limitam a acumulação capitalista e geração de lucro, mas incorporam motivações da produção e reprodução ampliada da vida, da cooperação e da solidariedade.

A análise locacional dos empreendimentos solidários nos municípios estudados revela que tais empreendimentos possuem características extremamente favoráveis para sua articulação horizontal, entre empreendimentos, e vertical, ou com o circuito superior da economia urbana. Os dados do SIES de 2007 também evidenciam que essa localização, nas regiões centrais dos grandes centros urbanos, resulta na maior comercialização dos produtos de tais empreendimentos com empresas privadas, ou com o circuito superior da economia urbana. Caracterizados por um grande número de participantes, os empreendimentos solidários nos municípios estudados produzem principalmente artesanatos e alimentos, ou mercadorias vinculadas ao consumo cotidiano nas cidades. Apesar dos dados revelarem um baixo rendimento obtido pelos empreendimentos solidários se considerado o número de participantes, também mostram uma abertura para a qualificação dos mesmos.

A coexistência de lógicas econômicas e formas sociais tão distintas no espaço amazônico, entendido como um espaço urbano, evidenciam assim uma possibilidade de uma convivência entre o moderno e o tradicional. A economia popular e solidária foi compreendida assim como atividades estimuladoras da cidadania e da política na Amazônia contemporânea, na medida em que se caracterizam em práticas baseadas em princípios distintos do modelo capitalista de produção, que tenta se fazer hegemônico em todo o espaço social.

#### 4. Referências Bibliográficas

CORAGGIO, J. L. **Da Economia dos setores populares à economia do trabalho**. In: KRAYCHETEE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (orgs). Economia dos setores populares entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Editora Vozes:, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. *Projeto URBISAmazônia: Qual a Natureza do Urbano na Amazônia Contemporânea? O Urbano Extensivo e os Circuitos da Economia: O Papel das Redes na Construção dos Lugares e na Configuração Multi-escala do Urbano Amazônico. Apontamentos para um Diálogo com as Políticas Públicas Climáticas e Ambientais para a Região*. São José dos Campos: INPE, 2011.

KRAYCHETE, G. (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**.

Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. In: \_\_\_\_\_. Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU, 1974. p. 37-184. v. 2.

MONTE-MOR, Roberto Luís. **O que é o urbano no mundo contemporâneo**. Cedeplar, UFMG, 2006. www.cedeplar.ufmg.br (Texto para discussão, 281).

MONTE-MÓR, R. L. D. M. **Modernities in the Jungle: Extended Urbanization in the Brazilian Amazônia**. PhD Thesis, The University of California, LA. 2004a.

MONTE-MÓR, Roberto L. M. **Urbanização Extensiva e Economia dos Setores Populares**. In: OLIVEIRA, M.P.; COELHO, M.C.N.; CORRÊA, A.M. (orgs.) O Brasil, a América Latina e o Mundo – Espacialidades Contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2008 (no prelo). FRIEDMANN 1988

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. RJ: Ed. Campus, 2000.

SANTOS, Milton. **Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. 1979

SINGER, Paul. **Economia Solidária**. In: CATTANI, Antonio David.(org.). A outra Economia. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003.

SINGER, P. SOUZA, André R. (Orgs) **Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Ed. Contexto, 2003.

VICENTINI, Iara. **Cidade e História na Amazônia**. UFPR, 2011.